



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 03 À CARTA-CONTRATO Nº 22/2019.

TERMO ADITIVO Nº 03 À CARTA-CONTRATO Nº 22/2019.

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. [0001900-92.2019.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 27/2019.

TERCEIRO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA SEGUROS SURA S.A., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **SEGUROS SURA S.A.**, CNPJ 33.065.699/0001-27, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.995, 4º andar, Brooklin Novo, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.578-000, Telefone(s): (31) 3073-7300 / 99931-1277 / (11) 3556-7000/ (21) 3219-9007/ (21) 98217-9896, E-mail(s): cotacao@br.hembseguros.com.br, neste ato representada por **FERNANDA RODRIGUES DOS SANTOS LIMA**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 11.730.164-8/SECC(DETRAN) e CPF n. 089.785.457-85, E-mail(s): fernanda.rodrigues@segurossura.com.br, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante no Despacho n. 1664/2022-GABDG (evento [0963126](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

I - Prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato n. 22/2019 (evento [0479045](#)) por mais 12 (doze) meses a partir de 08/01/2023 a 07/01/2024.

a) O prazo de execução desta contratação será equivalente ao prazo de vigência da apólice de seguro, ou seja, de 12 (doze) meses a partir das **00h:00** do dia 07/01/2023 até as **24h:00** do dia 06/01/2024.

II - Registrar o reajuste contratual no percentual de **17,39114%** (dezessete inteiros e trinta e nove mil, cento e quatorze centésimos de milésimos por cento) **sobre o valor da Carta-Contrato n. 22/2019** (evento [0479045](#)), correspondente ao valor de R\$ 6.717,68 (seis mil setecentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos), decorrente do reajuste apresentado na Proposta Comercial da Contratada (eventos [0961919](#) e [0960970](#)), conforme Informação n. 185/2022/SET (evento [0961920](#)) e Informação n. 186/SET (evento [0962320](#)).

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Em decorrência do reajuste e da prorrogação registrados na Cláusula Primeira deste instrumento, o valor total estimado deste aditivo é de **R\$ 65.344,71** (sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos), correspondente ao novo valor do Seguro (**R\$ 45.344,71**) e do valor reservado para o pagamento de franquia por eventual sinistro (**R\$ 20.000,00**), mencionado na Cláusula Terceira Carta-Contrato n. 22/2019 (evento [0479045](#)), a seguir resumidos:

Termo Aditivo n. 2 à Carta	1º Reajuste	Valor total da Carta-
---------------------------------------	--------------------	------------------------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contrato n. 22/2019 (evento 0774970)			Contrato n. 22/2019 Atualizada após PRORROGAÇÃO/REAJUS TE
Valor	Percentu al	VALOR da Carta Contrato n. 22/2019 Atualizada	
R\$ 38.627,03 (propo sta da Contratada — evento 0765399) + R\$ 20.000,00 (valor reservado pelo TRE-RO)	$\frac{17,39114}{\%}$	R\$ 45.344,71 (propo sta da Contratada — evento 0960970) + R\$ 20.000,00 (valor reservado pelo TRE-RO)	R\$ 65.344,71
R\$ 58.627,03	-	R\$ 65.344,71	

Subcláusula Primeira - Com o presente reajuste, o valor total atualizado da carta-contrato (para eventual cômputo de acréscimos e supressões - Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93) passa a ser de R\$ **45.344,71** (quarenta e cinco mil trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos), e conforme histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

Subcláusula Segunda - As despesas com a execução do presente Termo Aditivo correrão à conta do orçamento 2023 da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante Nota de Empenho a ser emitida após a disponibilização do mencionado orçamento.

DO FUNDAMENTO LEGAL**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no Art. 57, II, da Lei 8.666/93 e na Cláusula Segunda Carta-Contrato n. 22/2019 (evento [0479045](#) (Prorrogação)) e item V do Capítulo 8.10 do Termo de Referência (evento [0451772](#) (Reajuste)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Instrumento Originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 30 de dezembro de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo Contratante	FERNANDA RODRIGUES DOS SANTOS LIMA Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha

**ANEXO I DO 3º TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO N.
22/2019**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo em relação ao valor inicial atualizado do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Carta-Contrato n. 22/2019 (assinada em 25/11/2019) – Volume III do PA (evento n. 0479045) Vigência: 12 meses, a contar de 07/01/2020 até as 24:00hs do dia 06/01/2021, podendo ser prorrogada.	R\$ 59.500,00	-
1º Termo Aditivo (assinado em 07/01/2021) – Volume V do PA (evento n. 0645713) Prorrogação da vigência por 12 meses, a partir de 08/01/2021 a 07/01/2022; e Prorrogação da execução a partir das 00h:00 do dia 07/01/2021 até as 24h:00 do dia 06/01/2022.	R\$ 58.627,03	-
2º Termo Aditivo (assinado em 27/12/2021) – Volume VIII do PA (evento n. 0774970) Prorrogação da vigência por 12 meses, a partir de 08/01/2022 a 07/01/2023; e Prorrogação da execução a partir das 00h:00 do dia 07/01/2022 até as 24h:00 do dia	R\$ 58.627,03	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06/01/2023.		
3º Termo Aditivo (assinado em ____/12/2022) – Volume X do PA (evento n. 0963909) a) Prorrogação da vigência por 12 meses, a partir de 08/01/2023 a 07/01/2024; b) Prorrogação da execução a partir das 00h:00 do dia 07/01/2023 até as 24h:00 do dia 06/01/2024; e c) 1º reajuste no percentual de <u>17,39114%</u> , a partir de 08/01/2023.	R\$ 65.344,71	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.

R\$ 45.344,71



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/12/2022, às 11:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA RODRIGUES DOS SANTOS LIMA, Usuário Externo**, em 30/12/2022, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 03/01/2023, às 07:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 03/01/2023, às 07:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0963909** e o código CRC **1B73CAEF**.

0001900-92.2019.6.22.8000

0963909v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001900-92.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SET/COSEG

ASSUNTO: Possibilidade de prorrogação e reajuste – Contrato n. 22/2019 – Contratada: SEGUROS SURA S.A. – Serviços de seguro total para frota de veículos – Minuta de Termo Aditivo - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 295 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório na modalidade de pregão na forma eletrônica, foi firmada a contratação da empresa SEGUROS SURA S.A., inscrita no CNPJ sob n. 33.065.699/0001-27, para a prestação de serviços de seguro dos veículos da frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), dimensionada para 12 (doze) meses, a partir de 07/01/2020, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 22/2019 ([0479045](#)), atualmente em plena execução por força da prorrogação registrada no Termo Aditivo n. 2 ([0774970](#)).

02. O interesse em renovar a contratação veio ao processo por meio da Informação n. 104/2022 – SET ([0961000](#)), na qual a Seção de Transportes (SET), unidade gestora manifesta-se favoravelmente à



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prorrogação do ajuste pelo mesmo período inicialmente contratado de 12 meses, oportunidade em que registrou, ainda:

I - Que foram preenchidos os seguintes requisitos para a prorrogação:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) não houve aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- c) A contratada apresentou proposta de renovação com o valor de R\$ 45.344,71 (quarenta e cinco mil trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos). Realizada pesquisa de preços no mercado para serviços similares, somente a MAPFRE SEGUROS apresentou proposta com valor de R\$ 190.600,00 (cento e noventa mil e seiscentos reais), conforme consta no evento [0959834](#). Há demonstração da vantajosidade da prorrogação;
- d) concordância expressa da contratada pela prorrogação ([0960998](#));

II - A regularidade fiscal e na SUSEP foram juntadas nos eventos [0960973](#) e [0960971](#), bem como a do representante legal da empresa ([0960975](#) e [0960981](#)).

03. Por meio do Despacho n. 3678/2022 – GABSAOFC ([0961012](#)), o titular da SAOFC a elaboração de minuta do instrumento contratual pela Seção de Contratos (SECONT), e, após, análise da demanda por esta Assessoria Jurídica.

04. A SET ainda trouxe ao processo um e-mail enviado pela contratada ([0961919](#)), com justificativas para o reajuste do preço contratado. Segundo afirma, a

"(..) meses a TABELA FIPE vem tendo um aumento muito grande, com a pandemia houve vários fatores que inflacionaram nos preços dos veículos usados, principalmente 2020 a 2021, em que houve uma queda histórica na venda de veículos novos. Em janeiro de 2022 os carros usados tiveram uma valorização de mais de 20%, os veículos tiveram altas de quase 30% em setembro de 2022. Como o órgão público tem um valor diferenciando nos valores de seguro tivemos um analisar com cuidado as contas, isso está ocorrendo em todas as companhias de seguro, tem certas contas que há até declínio para renovação, ou seja a companhia não aceita, não foi o caso Do TRIBUNAL REGIONAL DE RONDÔNIA que conseguimos ajustar um percentual e enviarmos a proposta."

Nesses termos, complementou a informação inicial para esclarecer ainda:

Informação 185/2022 ([0961920](#)):



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - O valor original da carta contrato 22/2019 é de R\$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais);

II - Em tratativas para a renovação do seguro, foi informado que em razão do sinistro (PSEI [0002350-30.2022.6.22.8000](#)) ocorrido durante a vigência e a valorização de veículos usados da Tabela FIPE, houve um acréscimo no valor do prêmio, conforme evento [0961919](#);

III - Apesar do e-mail da seguradora ter informado um acréscimo de 20%, na realidade o correto seria 14,80%, passando de R\$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais) para R\$ 45.344,71 (quarenta e cinco mil trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos);

IV Mesmo com este acréscimo, ainda apresenta-se vantajosidade na renovação, tendo em vista o valor apresentado pela seguradora MAPFRE no evento [0099834](#).

Informação 186/2022 ([0962320](#)):

I - Indicação da previsão contratual para o reajuste;

II - Retificação do percentual do reajuste, que será de 17,39% (dezessete vírgula trinta e nove por cento), considerando o valor atualizado do contrato que é de R\$ 38.627,03 (trinta e oito mil seiscentos e vinte e sete reais e três centavos), mantida a vantajosidade.

05. Nesses termos, a SECONT trouxe ao processo a minuta do Terceiro Termo Aditivo ao ajuste originário ([0962334](#)).

06. Por fim, o coordenador de COFC informou que por se tratar de despesa prevista para o exercício 2023 não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, pois depende da aprovação da Lei Orçamentária Anual 2023. Ainda, registrou que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2023 tramita no processo nº [0000150-50.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto dessa contratação ([0962501](#)).

07. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1. Da prorrogação do ajuste.

08. A Corte Nacional de Contas admite o enquadramento das contratações de seguro na categoria jurídica de serviços executados de forma contínua, conforme inteligência do Acórdão n. 600/2015 - TCU - Plenário.

09. Conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme manifestação expressa da empresa contratada e solicitação da unidade gestora da **Carta-contrato n. 22/2019**, a prorrogação pretendida é necessária para cobertura de risco total dos veículos pertencentes ao TRE-RO.

10. A Lei n. 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses).

11. Veja-se o que estabelece a **Lei nº 8.666/93, no seu art. 57, inciso II:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – a prestação de serviços a serem executados de **forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas para a Administração**, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original).

12. Como visto, o **primeiro requisito** permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, os serviços aqui tratados têm natureza contínua, já que não poderão sofrer interrupção sem prejuízo à atividade de transportes da Justiça Eleitoral. Vejamos a classificação conferida pela Corte de Contas Nacional:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010*, pág. 772).

13. Destaca-se que que Carta-Contrato n. 22/2019 admite expressamente a possibilidade de prorrogação. Veja-se:

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar de 07/01/2020, podendo ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses por se tratar de serviços contínuos, **conforme definido pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 600/2015 - TCU – Plenário**, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- c) manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
- d) manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93); e
- e) concordância expressa da contratada pela prorrogação.

14. O segundo requisito legal vem consubstanciado na assertiva: **“iguais e sucessivos períodos”**. Tal requisito encontra-se atendido, conforme se verifica do relato do gestor que sugere a prorrogação do contrato por **igual prazo da vigência inicial de 12 meses**. Sendo que assim, caso deferida pela Administração, o presente Termo Aditivo tem por objeto **prorrogar o prazo de vigência da Carta-Contrato n. 22/2019, por mais 12 (doze) meses, a contar de 00:00h do dia 07/01/2023 até as 24:00hs do dia 06/01/2024**, mantidas as condições e os termos atuais da contratação (Informação n. 182 - [0961000](#)). Cumpre registrar, ainda, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto pelo art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, não será alcançado com o deferimento desta terceira prorrogação do contrato ora em análise.

15. O terceiro e último requisito legal reside justamente na **vantajosidade** para a Administração com a prorrogação do ajuste. Conforme reiterada orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, devem ser aferidos por meio de **pesquisa atual de preços no mercado**. Veja-se:

Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:

1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

16. Segundo registrado na Informação n. 182 ([0961000](#)), a pesquisa de preços no mercado para serviços similares, somente logrou cotação positiva com a MAPFRE SEGUROS no valor de R\$ 190.600,00 (cento e noventa mil e seiscentos reais), conforme consta no evento [0959834](#). Destacou ainda que, mesmo com o reajuste de 17,39% (dezessete vírgula trinta e nove por cento) proposto pela contratada a vantajosidade da renovação está mantida ([0962320](#)). Deve-se registrar que em relação a esse objeto, não é possível utilizar o sistema Banco de Preços para rastrear contratações de seguros realizadas por outros órgãos da Administração Pública, devido aos itens segurados guardar suas particularidades em cada processo.

17. Quanto aos demais requisitos contratuais exigidos pela CLÁUSULA SEGUNDA do ajuste para a prorrogação, o gestor do contrato aponta que tais foram preenchidos, veja-se:

Requisitos Contratuais	Evento
a) prestação regular dos serviços;	0961000
b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;	0961000
c) manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;	0961000
d) manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93); e Subcláusula Terceira – No caso de prorrogação desta Carta-Contrato, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda e serão observados os preços praticados à época e a manutenção da vantajosidade para a Administração. Valor Carta Contrato 022/2019 R\$ 39.500,00	Proposta da SURA, no valor de R\$ 45.344,71 - (0960970) Proposta da MAPFRE, no valor de R\$ 190.600,00 - (0959834) Informação sobre a não aplicação de bônus/desconto - Ocorrência de sinistro no período: (0961920)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) concordância expressa da contratada pela prorrogação.

Anuência de Renovação -
([0960998](#))

18. Quanto à manutenção das condições de habilitação, a unidade SET informa que a contratada comprovou a regularidade fiscal ([0960998](#)) e na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) - [0960971](#). Nesses termos, esta unidade jurídica verifica que foram cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência e pelas regras contratuais, situação permissiva à prorrogação da avença na forma pretendida pelo gestor do contrato.

2.2. Do reajustamento de preços.

19. A pretensão de reajuste da contratada tem amparo no **art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93**, trata-se de **reajuste em sentido estrito**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, previsto expressamente no Termo de Referência da contratação que, por sua vez, integra, para todos os fins de direito as regras disciplinadas pela Carta-Contrato Administrativo n. 22/202. Veja-se:

Carta-Contrato n. 22/2022

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto da presente Carta-Contrato é a contratação de serviço de SEGURO para os veículos da frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, para-brisas, retrovisores, faróis, lanternas e assistência 24 horas.

(...)

Subcláusula Quarta - Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência respectivo e seus anexos, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.

Termo de Referência n. 97 - Anexo V do Edital de Pregão eletrônico n. 27/2019 ([0464982](#)):

8.0. DO CONTRATO

(...)

8.10 Do prazo da vigência e execução do seguro, do reajuste, do eventual reequilíbrio econômico-financeiro e das alterações do contrato:

(...)

V – Ausência autorização legal, não haverá reajuste de preços pela prestação de serviços por período inferior a 12 (doze) meses. **Na hipótese de prorrogação, serão**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

observados os preços praticados à época e a manutenção da vantajosidade para a Administração.

20. O procedimento mais usual no âmbito desta Administração é a previsão de reajustes anuais por meio de índices pré-definidos. **Marçal Justen Filho**, ensina que o *“Reajuste consiste na indexação dos preços contratuais, submetendo-os a variação periódica e automática segundo a flutuação de índices predeterminados”*. Ou seja, o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração, quando completado o lapso de 12 meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto.

21. Sobre o tema, o **Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição**, às fls. 704 e 719, assim orienta:

Faça constar nos editais e nos respectivos contratos, ainda quando o prazo de duração do ajuste for inferior a 12 (doze) meses, cláusula que estabeleça o critério de reajustamento dos preços, indicando expressamente no referido instrumento o índice de reajuste contratual a ser adotado, nos termos do disposto nos arts. 40, inc. XI, e 55, inc. III, da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 73/2010 Plenário**

E necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. **Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio.** Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela. O que se afirma é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)** (sem grifo no original)

22. Contudo, para a lei e o TCU, importa mais o estabelecimento do **critério de reajuste**, uma vez que o índice deve retratar a variação efetiva do custo de produção e menos a adoção de um índice geral, que nem sempre reflete tal oscilação. A margem de discricionariedade na escolha do índice de reajuste de um contrato administrativo somente existe na medida em que o índice escolhido seja o mais capaz de refletir a efetiva variação dos custos dos insumos relacionados ao objeto contratual. Havendo índice setorial ou específico, ele deve ser aplicado para que o contrato seja atualizado corretamente (Acórdãos TCU 2474/2012-Plenário e 36/2008-Plenário). **No caso em análise não há um índice específico.** Por



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

tal motivo, optou-se pela observância dos preços praticados à época da renovação e pela verificação da manutenção da vantajosidade para a Administração. Em casos como tais, exige o TCU a demonstração da variação de preços. Veja-se:

9.2.2.4. avalie a realização do reajuste anual do contrato levando em conta a possibilidade de, **para os itens em que não houver variação de preços expressa em índices setoriais conhecidos**, utilizar **documentos apresentados pelas empresas** os quais comprovem, como coloca o princípio da legalidade, inscrito no caput do art. 37 da Constituição Federal, a **efetiva variação de custos de produção** de cada um dos itens que compõem os contratos, consoante determinado pelo art. 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993, devendo, para isso, estabelecer que os preços orçados tenham abertos os itens de suas composições (...) - Acórdão 1529/2006 - Plenário.

23. Verifica-se que esses requisitos - que na verdade podem ser aglutinados apenas na manutenção da vantajosidade dos preços contratados - ficaram demonstrados pelos documentos trazidos aos processo, vez que mesmo após aplicado o percentual de reajuste de 17,39% (dezessete vírgula trinta e nove por cento), decorrente da oscilação dos preços do mercado de seguros apontados pela contratada ([0961919](#)), os novos patamares financeiros do ajuste continuaram bastante aquém da cotação levada a cabo pelo gestor do contrato. Desta forma, subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido:

DECISÃO TCU N. 425/2002 – PLENÁRIO

13.2 É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.

...

13.4 Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

....

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

...

8.2. determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

...



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n. 8.666/93;

24. No caso em estudo, a unidade gestora manifestou-se pela aplicação do reajuste de preços no **percentual de 17,39%** (dezessete vírgula trinta e nove por cento), dada a variação de preços mostrada pela contratada e consoante preconiza a regra contratual reproduzida no item 20 deste parecer. Dessa forma, com fundamento no **art. 55, III, da Lei n. 8.666/93** e na Subcláusula quarta da CLÁUSULA PRIMEIRA da carta-contrato originária, complementada pelo item 8.10, V do Termo de Referência n. 97/2019, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela possibilidade jurídica de reajustar os preços atualmente contratados no percentual informado.

2.3 Da minuta do 3º termo aditivo.

25. Por derradeiro, a minuta do Terceiro Termo Aditivo juntada aos autos ([0962334](#)) encontra-se, sob o aspecto formal, em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não necessitando de reparo em sua fundamentação. Assim, está apto a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Contudo, **alerta-se para a eventual necessidade de atualizar o nome do representante legal da contratada**, de acordo com os dados que constam dos eventos [0960975](#) e [0960981](#).

III – CONCLUSÃO

26. Nesses termos, considerando, sobretudo, as manifestações da unidade gestora ([0960981](#), [0961920](#) e [0962320](#)), esta assessoria jurídica:

I - Não encontra óbice na prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Segunda da Carta-contrato n. 22/2019;

II - Manifesta-se pela possibilidade jurídica de reajustar os preços atualmente contratados no percentual de **17,39%** (dezessete vírgula trinta e nove por cento), dada a variação de preços mostrada pela contratada, com fundamento no **art. 55, III, da Lei n. 8.666/93** e na Subcláusula quarta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da CLÁUSULA PRIMEIRA da carta-contrato originária, complementada pelo item 8.10, V do Termo de Referência n. 97/2019.

Registre-se que, conforme já apontado no **item 6 deste parecer**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à previsão da despesa no planejamento orçamentário de 2023 ([0962501](#)).

27. Por fim, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria jurídica APROVA os termos da minuta carreada ao processo ([0962334](#)). Deverá a SECONT observar, todavia, a anotação explicitada no **item 26 deste parecer**, providência que não impede sua aprovação por esta unidade jurídica, haja vista que poderá ser executada previamente a sua assinatura pelas partes.

28. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que regimentalmente impedida de pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto ou mesmo aos aspectos materiais do ato, incluindo índices e valores que o compõem.

Submete-se à consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 27/12/2022, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0962623** e o código CRC **DF451FCA**.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001900-92.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE TRANSPORTE

ASSUNTO: Prorrogação e reajuste à Carta-Contrato n. 22/2019 – Contratada: SEGUROS SURA S.A. – Serviços de seguro total para frota de veículos – Minuta de Termo Aditivo.

DESPACHO Nº 1664 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Transporte - SET no qual, após regular procedimento licitatório, operou-se a contratação de pessoa jurídica especializada na emissão de apólice de seguro total, incluindo cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, para-brisas, retrovisores, faróis e assistência 24 horas, da frota de veículos oficiais de propriedade deste Tribunal, pelo período de 12 (doze) meses ([0437712](#)), contados a partir de 07/01/2020, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados na Carta-Contrato n. 22/2019 ([0479045](#)), atualmente em plena execução em razão de uma segunda prorrogação materializada no termo aditivo n. 2 ([0774970](#)).

Por meio da Informação n. 182 ([0961000](#)), a unidade gestora noticiou que o ajuste terá vigência até às 24:00hs do dia 06/01/2023, sendo que a contratada manifestou sua anuência à prorrogação do contrato ([0960998](#)). A empresa apresentou proposta de renovação no valor de R\$ 45.344,71 (quarenta e cinco mil trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos), a qual se mostrou a mais vantajosa para esta Administração ([0960970](#)). Isso somado à possibilidade jurídica da renovação e a comprovada regularidade fiscal da contratada ensejou a manifestação favorável da SET à prorrogação do contrato por 12 (doze) meses, com início às 00:00 horas do dia 07/01/2023 e término às 24:00 do dia 06/01/2024.

Cabe registrar que a SET trouxe ao processo e-mail enviado pela contratada ([0961919](#)), com justificativas para o reajuste do preço contratado, o qual passaria de R\$ 38.627,03 (trinta e oito mil seiscentos e vinte e sete reais e três centavos), do valor atualizado do contrato, para R\$ 45.344,71 (quarenta e cinco mil trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos), representando um aumento de R\$ 6.717,68 (seis mil setecentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos) e um reajuste no percentual de 17,39114% (dezessete inteiros e trinta e nove mil, cento e quatorze centésimos de milésimos por cento), conforme Informação n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

185/2022/SET (evento [0961920](#)) e Informação n. 186/SET (evento [0962320](#)).

O Secretário da SAOFC encaminhou os autos à SECONT para elaboração da minuta do termo aditivo; e à AJSAOFC para análise e emissão de parecer jurídico ([0961012](#)).

A COFC, por meio da Informação n. 441 ([0962501](#)), informou que por se tratar de despesa a ocorrer somente no exercício de 2023, não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2023. Informa, ainda, que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2023 tramita no processo n. [0000150-50.2022.6.22.8000](#), com previsão de montante destinado a despesas com o objeto dessa contratação.

A SECONT elaborou a minuta de termo aditivo n. 3 ([0962334](#)) à referida carta-contrato e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC ([0962340](#)), a qual, após análise, aprovou os termos da minuta, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, ressaltando o disposto no item 25 do Parecer Jurídico n. 295 ([0962623](#)). Ademais, a AJSAOFC opinou pela possibilidade jurídica da prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses, bem como de reajustar os preços atualmente contratados no percentual de 17,39% (dezessete vírgula trinta e nove por cento), dada a variação de preços mostrada pela contratada, com fundamento no art. 55, inciso III, da referida Lei e na Subcláusula quarta da CLÁUSULA PRIMEIRA da carta-contrato originária, complementada pelo item 8.10, V do Termo de Referência n. 97/2019.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se favorável à prorrogação do prazo de vigência da Carta-contrato n. 22/2019 por mais 12 (doze) meses, a partir de 08/01/2023 a 07/01/2024, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto sua regularidade fiscal e trabalhista, com fundamento no inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93 e ainda na Cláusula Segunda do Contrato Originário ([0962935](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, observa-se que há previsão de prorrogação na Cláusula Segunda da Carta-contrato n. 22/2019 ([0479045](#)), *ipsis litteris*:

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar de 07/01/2020, podendo ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses por se tratar de serviços contínuos, conforme



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

definido pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 600/2015 - TCU – Plenário, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- c) manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
- d) manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93); e
- e) concordância expressa da contratada pela prorrogação.

No caso em tela, aplica-se a hipótese do inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, por se tratar de prestação de serviço de **forma contínua**, consistente na prestação de serviços de seguro total para a frota de veículos deste Tribunal, que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo a esta Justiça Eleitoral, senão vejamos:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses" (Negritou-se).

Quanto ao requisito **“iguais e sucessivos períodos”**, verifica-se que o presente ajuste, com vigência inicial de 12 (doze) meses, será prorrogado pela terceira vez à conveniência da Administração, pelo mesmo período inicial de 12 (doze) meses. Também, verifica-se, que o limite de vigência, previsto no art. 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93, não será superado, pois será essa a terceira prorrogação do contrato ora em análise.

Quanto ao último requisito "preços e condições mais vantajosos para a Administração", segundo registrado na Informação n. 182 ([0961000](#)) da unidade gestora da contratação, a pesquisa de preços no mercado para serviços similares, somente logrou cotação positiva com a MAPFRE SEGUROS no valor de R\$ 190.600,00 (cento e noventa mil e seiscentos reais), conforme consta no evento n. [0959834](#), a qual supera o valor atual da contratação, tendo em vista que na proposta de renovação a empresa SEGUROS SURA S.A. apresentou proposta de renovação do contrato no valor de R\$ 45.344,71. Desta feita, mesmo com o reajuste de 17,39% (dezessete vírgula trinta e nove por cento) proposto pela contratada a vantagem da renovação está mantida ([0962320](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Além disso, como bem registrado no Parecer Jurídico n. 295 ([0962623](#)) da AJSAOFC, nesse caso em especial, não é possível utilizar o sistema Banco de Preços para rastrear contratações de seguros realizadas por outros órgãos da Administração Pública, devido aos itens segurados guardar suas particularidades em cada processo.

Vale ressaltar que, além dos requisitos de natureza legal, também estão cumpridos todos os requisitos de natureza contratual que autorizam a presente prorrogação como também já demonstrado na análise jurídica efetuada pela AJSAOFC ([0962623](#)), bem como estão presentes todas as condições de habilitação mediante juntada aos autos de todos os documentos comprobatórios.

Com relação ao reajustamento de preços, a pretensão da contratada tem a amparo no art. 55, inciso III, ambos da Lei n. 8.666/93. Com efeito, trata-se de reajuste em sentido estrito, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, previsto expressamente no Termo de Referência da contratação que, por sua vez, integra, para todos os fins de direito as regras disciplinadas pela Carta-Contrato Administrativo n. 22/2019.

Conforme esclarecido pela AJSAOFC, o procedimento mais usual no âmbito desta Administração é a previsão de reajustes anuais por meio de índices pré-definidos, sendo que o reajuste deve ser concedido de ofício, quando completado o lapso de 12 (doze) meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto.

No caso em análise não há um índice específico. Por tal motivo, optou-se pela observância dos preços praticados à época da renovação e pela verificação da manutenção da vantagem para a Administração. Em casos como esse, o TCU exige a demonstração da variação de preços.

Verifica-se que esses requisitos ficaram demonstrados pelos documentos trazidos aos processo, uma vez que mesmo após aplicado o percentual de reajuste de 17,39% (dezessete vírgula trinta e nove por cento), decorrente da oscilação dos preços do mercado de seguros apontados pela contratada ([0961919](#)), os novos patamares financeiros do ajuste continuaram bastante aquém da cotação levada a cabo pelo gestor do contrato. Além disso, subsiste o poder-dever desta Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Destarte, diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93, considerando o preenchimento de todos os requisitos legais e da previsão constante da Cláusula Segunda da Carta-contrato originária, **AUTORIZO a PRORROGAÇÃO** do prazo de vigência da Carta-contrato n. 22/2019 (0479045), por mais 12 (doze) meses, pelo período de 08/01/2023 a 07/01/2024, bem como autorizo a aplicação do reajuste contratual no percentual de 17,39114% (dezessete inteiros e trinta e nove mil, cento e quatorze centésimos de milésimos por cento) sobre o valor daquela carta-contrato, decorrente do reajuste apresentado na Proposta Comercial da Contratada (eventos 0961919 e 0960970), conforme Informação n. 185/2022/SET (evento 0961920) e Informação n. 186/SET (evento 0962320), nos termos da minuta de termo aditivo n. 3 (0962334), aprovada pela AJSAOFC.

À SET para tratativas com a empresa contratada para definição do índice de reajuste contratual, o qual poderá ser implementado por meio de aditivo à carta-contrato em vigência.

À SECONT para proceder às alterações recomendadas pela AJSAOFC no item 25 do Parecer Jurídico n. 295 (0962623) quanto à minuta de termo aditivo de evento n. 0962334.

À SAOFC para prosseguimento do feito, com vistas à efetivação da prorrogação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 29/12/2022, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0963126** e o código CRC **5405F2C2**.